

A EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS

*Elisabeth Weber Medeiros**

O intercâmbio na área da História da Educação na América Latina é relativamente recente, tendo adquirido um caráter mais regular e sistemático a partir do final do século passado. Nossa trajetória educacional é marcada de forma irreversível por três séculos de colonização, quando foram moldadas nossas características sociais e culturais. Os momentos mais significativos dessa trajetória seguem diversos paradigmas que influenciaram os sistemas educacionais do continente, desde o modelo jesuítico até as grandes questões colocadas hoje pelo neoliberalismo. Propostas e modelos pedagógicos, na maioria das vezes adotados de forma autoritária, não levaram em conta a necessidade de atender as grandes carências da maioria da população.

* Professora do Curso de História do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria.

Introdução

A América Latina é um mundo repleto de questionamentos, que tem, hoje, muito a nos ensinar. O seu conceito é problemático, evidenciando ambigüidades e limites, uma vez que, a rigor, não é “nem plenamente cultural e nem apenas geográfico.”¹ Trata-se de um continente onde a diversidade das sociedades e economias é um dado perceptível. Por outro lado, um destino semelhante une estas sociedades, na periferia do capitalismo mundial, dependendo, historicamente, dos países centrais.

Em verdade estamos falando de uma América, historicamente marcada pelas colonizações portuguesa e espanhola, que lhe impuseram sua língua, religião e todas as suas instituições sociais. Após os cinco séculos que nos separam do início da colonização, mostra-se uma América Latina que não existe para si e para os seus, mas para os outros. Não produzimos para nós mesmos, mas para exportar o que os outros querem consumir. Fomos envolvidos em um complexo processo de ocidentalização, onde são inseridas todas, e cada uma das sociedades latino-americanas. Nossas riquezas nos condenaram, desde o início, a uma economia exportadora e dependente.

Analisando-se sob o ponto de vista econômico, percebemos que a América Latina é o resultado da expansão do capitalismo e europeu e mundial onde a sociedade, a política, a educação, a moral, a religião, se organizam sob esta determinação. Nascemos dependentes das metrópoles, internalizando a imagem, os hábitos e as utopias do colonizador. Nascemos dependentes de Portugal e Espanha, que nos ditaram como deveríamos ser, o que produzir e exportar. Posteriormente sofremos a influência do imperialismo inglês, e depois do norte-americano, que trouxe outros valores e costumes. A nossa história é a trajetória de uma sociedade que busca, sob precárias condições de autonomia, construir historicamente nossa identidade, seja no contraponto da lógica do colonizador, seja no sincretismo cultural.

As nossas semelhanças se encontram na existência do Estado antes da Nação, na ausência de direitos de cidadania para a maioria da população, na independência política emergindo sem independência econômica, no controle externo de nossas economias. Assim se construiu um sistema de dependência econômico, cultural e político, que subsiste até hoje. Desde o início nossas classes dominantes surgiram e enriqueceram aliadas às

¹ ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente - Introdução à América Latina*. Tradução de Mary A. L. de Barros. São Paulo : EDUSP, 1991. p. 24.

metrópoles coloniais, permitindo que o continente fosse encaminhado a uma situação de dependência. Na relação Norte/Sul, que hoje preside a nova ordem mundial, o assento principal é do Norte porque é lá que se localizam os centros dominantes de decisão e de poder. O sul é o mundo dos “novos bárbaros”, como diria Ruffin², das massas deslocadas que vivem em situação de extrema miséria. As sociedades subdesenvolvidas, sob o ponto de vista educacional, se encontram em situação diferente da que caracteriza os países desenvolvidos. Estes possuem, de certa forma, um sistema com um determinado padrão de qualidade e devidamente estruturado. O que se percebe é que os países subdesenvolvidos necessitam ainda superar os problemas que são estruturais, como o acesso à democratização universalizada. São sistemas educacionais ainda em construção, portanto, com dupla tarefa: superar os problemas estruturais evidenciados no presente e elevar o nível de escolaridade da população adulta ou mesmo dar-lhe escolaridade, considerando os índices de analfabetismo existentes, assim como atender a necessidade de inserção nos processos inovadores atuais.

Portanto, falar em educação na América Latina é levar em conta toda uma história de dependência, em que os paradigmas são buscados fora da realidade e não são pensados para a maioria da população. É levar em conta uma multidão imensa de deserdados que não tem acesso à escola e muito menos ao direito de cidadania. É considerar a diversidade de propostas e modelos, na maioria das vezes impostos de forma autoritária, sem que a democracia tenha conseguido produzir transformações profundas nas sociedades e na construção da cidadania.

Retrospectiva histórica

A América Latina possui, em termos de colonização, uma história conjunta, porém, no que diz respeito ao conhecimento recíproco, estivemos constantemente distanciados e fragmentados, buscando fora do continente o nosso modelo de desenvolvimento. Nossas relações de troca encontravam seus limites não só no espaço econômico, mas também no espaço cultural e físico. O paradigma era o ocidente, a cultura do colonizador, que por séculos ocupou de forma privilegiada o espaço do continente.

² RUFFIN, Jean-Christophe. *O Império e os Novos Bárbaros*. Rio de Janeiro : Record, 1991.

O intercâmbio educacional entre os países latino-americanos é recente. Saviani³, na apresentação da obra da qual é o organizador, *Para uma História da Educação Latino-Americana*, afirma que só a partir de 1960 e 1970 é que irão intensificar-se as trocas e o conhecimento recíprocos na área da educação, e que somente a partir do final do século XX a História da educação na América Latina vai adquirir um caráter mais regular e sistemático. O que tínhamos eram experiências localizadas e com duração definida, podendo-se afirmar que a característica que nos une nesta área é, segundo Bosi,

uma escola de massa à qual cumpre enfrentar o desafio de incorporar os amplos contingentes populares dos nossos países, visando a sua socialização no âmbito da cultura elaborada e articulando as demais modalidades de educação entre as quais avultam os meios de comunicação de massa e as expressões próprias e autênticas da chamada cultura popular.⁴

Os três séculos de colonização marcaram, de forma irreversível, as características sociais e culturais do continente, definindo seu destino de dependência e modelando o seu futuro. Ao longo do período colonial, tanto Portugal como Espanha impõem uma política educacional baseada em modelos trazidos de uma Europa medieval que nada tinham a ver com a realidade e necessidades americanas. O conteúdo cultural era traçado desde as metrópoles e continha os elementos característicos da Contra-Reforma, movimento desencadeado pela Igreja em contraposição ao Protestantismo e encastelado principalmente na Península Ibérica. Os elementos desse modelo eram a reação contra o pensamento crítico, o dogmatismo, a reafirmação da autoridade e a revalorização da escolástica. O modelo era extremamente tradicional, com acentuada importância para a educação da elite.

Um paradigma eclesiástico atravessou todo o período da colonização européia na América Latina. A educação é, então, um monopólio da Igreja Católica e combina a atividade catequética com a escolarização de crianças e adolescentes. Se a primeira dimensão do modelo era a educação de índios e, em alguns países, de negros escravos, a da segunda era a formação escolar das futuras elites governantes do país.⁵

³ SAVIANI, Dermeval, RAMA, German, WEINBERG, Gregório. *Para uma História da Educação Latino-Americana*. Campinas, SP : Autores Associados, 1996.

⁴ Apud SAVIANI. In: SAVIANI, D. et alii. *Op. cit.* p. 7.

⁵ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Em Campo Alberto - Escritos sobre a educação e a cultura popular*: São Paulo : Cortez, 1995. p. 12

As metrópoles, no período de colonização, defrontaram-se com a diversidade cultural dos indígenas e negros, o que constituía uma ameaça à unidade e à sobrevivência do próprio Estado. A política educacional busca, através da união dos interesses do Estado e da Igreja, a unidade cultural, utilizando a catequização como forma de persuasão do indígena, restando para o negro a violência pura e simples. Posteriormente à catequese foi sendo acrescentada a tarefa de formação das elites dirigentes, não só do Estado, como também da Igreja. A política educacional, portanto, era um objetivo do Estado e também da Igreja. A expansão do cristianismo era um objetivo da ordem jesuítica e a garantia da posse da terra, uma meta da Metrópole. Percebe-se, portanto, que os jesuítas, ao cristianizar os índios, colocam-nos a serviço dos interesses mercantis.

Nesse período a maioria da população se mantém no analfabetismo total ou funcional, uma vez que o acesso aos bens culturais é privilégio de uma minoria e o modelo econômico não exige da educação qualquer função social relevante. O ensino foi considerado à margem, sem utilidade, em uma economia baseada na agricultura rudimentar, na mineração, e fundada no trabalho escravo.

Apesar dos pontos comuns entre a colonização espanhola e portuguesa, Donghi apresenta suas diversidades:

A diversidade entre produtores e comerciantes no Brasil tem um sentido diferente daquele do resto da América Latina; aqui existe um amplo setor agrário cuja produção dirige-se para o ultramar, um setor controlado por uma classe homogênea de grandes proprietários de terra. Portugal tem estruturas econômicas mais débeis que a Espanha e, além disso, não consegue seguir uma política tão precisa e, sobretudo, com o mesmo poder de determinação que a espanhola. A debilidade demonstrada pelo pequeno Portugal diante de sua imensa colônia reflete-se nas relações sociais; o Brasil só vem a dispor muito tarde de uma administração colonial comparável, em coesão, àquela presente na América Espanhola desde a segunda metade do século XVII. Em outras palavras, não existe aquele sólido ponto de apoio para as forças que asseguram a união econômica entre a metrópole e a colônia. (...) na América Espanhola, a propriedade da terra e a riqueza nem sempre estão ligadas; no Brasil, ocorre o inverso e, por isso, a classe dominante dispõe de um poder que falta frequentemente à sua congênere na América Espanhola.⁶

⁶ DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 44-45.

O mesmo autor coloca as diferenças com relação à situação da igreja, afirmando que o predomínio dos jesuítas na América Portuguesa é maior que no resto da América Latina. Refere-se à igreja brasileira como uma parte das classes dominantes, ou até subordinada a ela, ao contrário da América Espanhola, onde o espírito militante era uma característica dos jesuítas, que garantiam suas fronteiras com os índios, como militares, para combater a possibilidade de invasão. O autor explica, assim, a diferença da aceitação no Brasil da expulsão dos jesuítas, enquanto na América Espanhola a mesma encontrou resistências.

À medida que as idéias modernas se vão difundindo, nota-se a disfuncionalidade das que pretendia manter ou impor a Metrópole; situação que confirma o atraso do sistema de ensino e sua pouca adequação às necessidades criadas pelos novos tempos e pelas exigências mais recentes. O espírito crítico age como um fator dissolvente e as novas gerações crioulas dele se irão apossando.⁷

A expulsão dos jesuítas é resultante do avanço das mesmas idéias, que abrangem não só a secularização do Estado, mas também fatores sociais, econômicos e políticos entre a Ordem e a Coroa.

O afastamento dos jesuítas provoca uma profunda desestruturação do ensino e da própria sociedade, uma vez que o objetivo principal dos mesmos era a formação da classe dirigente e a Coroa não estava preparada suficientemente para assumir semelhante encargo.

(...) o desterro forçado de centenas de sacerdotes – muitos dos quais eram crioulos profundamente radicados em sua terra – contribuiu para aumentar o número de críticos do regime colonial, quando não de seus inimigos. De outro ponto de vista, pode-se-ia dizer que a expulsão dos jesuítas constitui um precoce exemplo de *evasão de cérebros* por razões políticas, que infelizmente se repetiu muitas vezes ao longo da história, até os nossos dias.⁸

Nesse período as deficiências não são só do ensino primário – completamente abandonado, mas também acontece um enfraquecimento das universidades, onde o ensino perde sentido, em decorrência do predomínio

⁷ WEINBERG, G. *apud* SAVIANI, In: SAVIANI, D. *et alii*. *Op. cit.* p. 30.

⁸ *Ibidem*.

das idéias tradicionais. Outras agências, menos rígidas e menos formais, foram as portadoras das inovações científicas, econômicas e culturais. Os consulados irão destacar-se como portadores dessas novas idéias. Poucas serão as mudanças no ensino superior, cursos de Direito e de Medicina – na maioria das vezes essencialmente profissionalizantes.

O novo espírito modernizador vai produzir uma sociedade com novas idéias, que irão minar o rígido tradicionalismo existente, influenciando, também, a criação de novos estabelecimentos de ensino, com estruturas menos rígidas, dentro de uma nova ideologia, onde o livro, maior carência da sociedade americana, agora está disponível.

(...) o momento seguinte será, portanto, o do predomínio dessa ideologia em busca de agentes com força e capacidade suficientes para o processo de transformação que se aproximava; e esses novos protagonistas serão os inspiradores e condutores da Independência.⁹

A luta pela emancipação política é resultante do avanço das idéias iluministas no plano político, considerando que a questão principal das idéias modernizadoras era o rompimento dos vínculos colônia/metrópole.

No decorrer do processo de emancipação e nos anos que se seguiram, denominado por Donghi¹⁰ como “a longa espera”, a América Espanhola passa por uma série de conflitos, em que emergem antagonismos contidos no decorrer de todo o período colonial. O processo emancipador não traz consigo a “nova ordem” delineada durante as lutas pela independência, a violência passa a fazer parte do cotidiano e a militarização vai se transformar num mecanismo limitante da extensão da democracia. No Brasil, uma transição mais pacífica sancionou a independência e o fim do período colonial.

Apesar da instabilidade provocada pelos longos conflitos e pelo empobrecimento resultante da diminuição das atividades produtivas, que agrava as condições financeiras e desorganiza os países latino-americanos, as idéias modernizadoras permanecem, acrescidas, agora, de um novo conteúdo, que é a questão da cidadania. O povo é estimulado a participar da tarefa educacional. É a “substituição do súdito fiel pelo cidadão ativo”¹¹, em que a relação entre Estado e educação estava permeada pela idéia de construir

⁹ WEINBERG, E. *apud* SAVIANI. In: SAVIANI *et alii*. *Op. cit.* p. 26.

¹⁰ DONGHI, T. H. *Op. cit.*

¹¹ WEINBERG, E. *apud* SAVIANI. In: SAVIANI, D. *et alii*. *Op. cit.*

a Nação. Percebe-se, assim, que a educação foi um ato político que visava a integração de setores populares e a transformação dos mesmos em cidadãos. A educação pública foi um mecanismo político usado para a consolidação do Estado, mediante a integração das populações. Para tanto, surge a impressão de obras de significação política, cartilhas sobre direitos e deveres do cidadão, são abolidos os tradicionais métodos disciplinares das escolas como os castigos corporais, e surge uma preocupação de inserir no processo educacional a mulher e o índio, antes, alijados do sistema. Estão em evidência as idéias de igualdade, liberdade e justiça, no entendimento dos grupos que dominavam o poder.

Os fatores limitantes dos novos projetos que surgiam eram, porém, a carência de recursos humanos e a ausência de recursos financeiros. Em decorrência dessas limitações, o “ensino mútuo”, corrente lancasteriana, amplamente aceita na Europa, encontra aqui um terreno fértil, correspondendo às necessidades educacionais.

Referimos anteriormente que a educação pública se constituiu em um mecanismo político, via elites dominantes, para a consolidação do Estado e a construção Nação. No entanto, este propósito é um consenso apenas entre os setores dominantes. É, neste detalhe, que se percebe o caráter do novo Estado, onde o modelo democrático dos primeiros tempos enfrenta a violência e a anarquia, exigindo soluções autoritárias. O Estado que surge, conforme Casassus,

(...) é dominado por grupos elitistas como o foram as distintas versões das correntes conservadoras e liberais; grupos que concorreram e se alternaram no poder, compartilhando uma visão católica do mundo, uma tendência marcadamente centralista e uma vontade nacionalista.¹²

É importante lembrar que neste processo de consolidação do Estado, através da via autoritária, a grande maioria da população foi alijada das decisões políticas e, como decorrência, a educação não vai ocupar um lugar prioritário no novo cenário.

A disputa pelo poder, nos novos Estados nacionais, evidencia o conflito entre o tradicional e o moderno, identificados respectivamente pelos grupos *liberais* (imbuídos de idéias renovadoras, se opunham ao poder político e econômico da Igreja, defendendo a diminuição da sua influência na educação) e pelos grupos *conservadores* (vinculados ao antigo regime colonial e ligados

¹² CASASSUS, Juan. *Tarefas da Educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. p. 27.

a uma sociedade na qual a economia tem como base as “haciendas” e as “plantations” e que defendia a manutenção do poder da Igreja), que medem forças. Essas correntes, aqui na América, irão apresentar características diferentes das evidenciadas na Europa, pois o que se busca é o restabelecimento da ordem constituída.

Segundo Weinberg¹³, os antagonismos eram mais evidentes nas questões relativas à Igreja e à secularização, assim como, também, com referência ao papel do Estado. No campo da educação, para os liberais, a liberdade de ensino era contraditória com relação ao princípio de obrigatoriedade, por outro lado, os conservadores não reconheciam a função do Estado na educação, defendendo o papel secular da Igreja nesta matéria. O que se percebe, é que a disputa por projetos distintos não inviabilizou o sistema, mas fica evidente que a educação foi utilizada como um mecanismo de controle a serviço dos grupos dominantes, que determinavam quem controlaria o sistema e que valores seriam considerados. Segundo Casassus¹⁴, os sistemas educativos passam a determinar quem são os que devem aprender, quais são as coisas que se devem aprender e com que finalidades específicas. O que se verifica é um complexo processo de inserção dessas correntes na realidade de cada país latino-americano. Os projetos de formação das elites dirigentes irão se diferenciar de acordo com a realidade e possibilidades de cada país.

O modelo conservador, em decorrência do fracasso na consolidação da estrutura política dos novos Estados Nacionais, não obtém êxito para o surgimento de idéias modernas que permitissem a consolidação dos Estados. Estas idéias foram concretizadas por uma nova geração de liberais que entendia ser impossível esta consolidação, sem políticas educacionais a longo prazo. Era preciso superar o isolamento, a miséria, a fragmentação lingüística.¹⁵

Em dado momento, entretanto, a educação é concebida como a “variável modernizadora”, o instrumento que tem o poder de incorporar, à chamada “civilização”, um maior número de pessoas, transformando as massas em povo, construindo-se então uma proposta de universalizar o ensino primário. É o período em que desponta o que chamamos “estadistas da educação”, cujas figuras representativas encontramos em Benito Juárez, no México, Sarmiento, na Argentina, e Varela, no Uruguai. Por todo o continente, dissemina-se a idéia de que “a educação é a locomotiva do progresso”.

¹³ In: SAVIANI, D. *et. alii. Op. cit.* p. 25.

¹⁴ CASASSUS, J. *Op. cit.* p. 27.

¹⁵ WEINBERG. *In: SAVIANI, D. et alii. Op. cit.* p. 37.

As propostas de Sarmiento e Varela objetivavam superar a instabilidade política e o atraso econômico e cultural, principalmente, dos setores rurais, que não haviam recebido nenhuma atenção por parte de conservadores e liberais. Para tanto, propuseram uma ordem embasada na educação e na participação, oportunizando uma educação popular para as massas, contribuindo para a democratização da sociedade. Foram propostas que, na verdade, segundo Weinberg, “ficaram no vazio, (...) não encontraram seus atores agentes ...”. Foram propostas elaboradas por elementos que se encontravam fora da Universidade. O pensamento de Varela, em sua obra *La Educacion del pueblo*, assim se expressa:

(...) um duplo esforço é necessário realizar, pois, para destruir as causas fundamentais de nossa crise política: um, para destruir a ignorância dos campos e das camadas inferiores da sociedade, e outro para destruir o erro que encontra sua origem na universidade e que arrasta consigo as classes ilustradas, que intervêm diretamente na coisa pública.¹⁶

A Revolução Industrial traz consigo o progresso material, modificando hábitos de vida e de consumo. Este processo traz, para os países latino-americanos, o seu ingresso no mercado internacional, como exportadores de matérias-primas e também como consumidores, não concretizando, porém, a sonhada industrialização e sim, desigualdades e atrasos. A riqueza inicial se concentrará nos setores minoritários da população, e o progresso será sinônimo de conforto e possibilidade de consumo de artigos de luxo. Para que a classe dominante possa usufruir, sem riscos, desse conforto, havia necessidade de controle político e estabilidade social. A América Latina precisava de ordem política e liberdade econômica, que lhe abririam as portas para a civilização. O modelo positivista, realizando a síntese entre o tradicional (conservadores) e o moderno (liberal), atende às exigências do momento.

A busca da paz recomendava uma filosofia de ordem, em busca do progresso “transitando pelo caminho da tranqüilidade”.

O Positivismo foi, em certo sentido, a resposta encontrada para essas apetências e inquietudes; e por toda parte se difundiram suas idéias, alcançando um eco e uma influência decisivos, embora em poucos locais com tanta pro-

¹⁶ WEINBERG, G. In: SAVIANI *et alii*. *Op. cit.* p. 39.

fundidade e importância quanto no México – se excetuarmos talvez o Brasil – onde o grupo de seus adeptos ocupará alguns dos postos decisivos no governo.¹⁷

Na proposta do positivismo, a educação era vista como uma atividade científica – introdução do método científico –, reivindicando uma pedagogia própria, que continha uma visão racional, otimista e secular do ser humano. Essas propostas fizeram-se sentir com especial força na Argentina, no Brasil, no Chile e no México. Na nova visão, o liberalismo se torna conservador, a ordem é colocada antes da liberdade, em nome do progresso. Os liberais representavam o progresso e os conservadores, a ordem. Buscava-se, com este modelo, obter o consenso e a formação de uma classe dirigente.

O contexto educacional, com relação à educação elementar não mudara, a tendência era privilegiar os setores urbanos, enquanto que a população rural ficava no completo abandono. No início do século XX, a taxa de analfabetismo estava em torno de 54%.

Com a consolidação do “modelo de desenvolvimento para fora”, no final do século XIX, a educação será o veículo necessário para a obtenção do consenso em torno do modelo, estando, portanto, a seu serviço. As classes médias, ligadas ao setor terciário, serão os extratos favorecidos, com o crescente desenvolvimento e modernização. Porém, pelo fato de não possuírem um modelo alternativo, se identificam com o modelo da classe dominante – “crescimento para fora” –, que lhes oferece uma certa segurança. A educação passa a ser percebida como o principal canal de mobilidade e prestígio social, amplamente utilizada pelos setores médios, para alcançar o nível universitário, lugar comum da classe dominante.

Na expansão dos sistemas educativos na América Latina, o acesso ao exercício da docência foi um fator de mobilidade social e de criação dos setores médios. Um novo ator de mudança social emergia: o docente. Surgiu o que alguns denominam “Estado Docente”, expressão da importância da educação na relação entre Estado e Nação. Entre esses atores destacaram-se Vasconcelos, no México, Mariátegui, no Peru, e os chilenos Bilbao e Lastarria.¹⁸ É nesse período que se percebe um aumento no financiamento da educação pública. Paralelamente a esta constatação, pode-se afirmar que os sistemas educativos na primeira metade do século XX, reforçaram a diferenciação entre trabalho manual e intelectual, que sempre caracterizou

¹⁷ WEINBERG, G. *apud* SAVIANI. In: SAVIANI, D. *et alii*, *Op. cit.* p. 42.

¹⁸ CASASSUS, J. *Op. cit.* p. 30.

a sociedade latino-americana. O modelo educacional tendia mais à estabilidade política e ao controle social do que, propriamente, a uma relação com a produção. A separação entre educação e produção não foi só resultante da permanência das elites no poder, mas deve-se também a outros segmentos da sociedade com posturas mais conservadoras: “(...) a incorporação da massa dos educandos ao mundo do trabalho se fez com os elementos rudimentares de um ensino desvinculado das exigências da produção.”¹⁹

As críticas à pedagogia tradicional, elaboradas no início do século, irão dar lugar a correntes educacionais ligadas à Escola Nova, que desloca o eixo de preocupação do âmbito político para o âmbito técnico-pedagógico, e que continha, na verdade, o fenômeno denominado por Saviani²⁰ de “mecanismo de recomposição da hegemonia da classe dominante”. Essas teorias influenciaram o pensamento pedagógico latino-americano, desestabilizando, de certa forma, o modelo tradicional e aprimorando, porém, a qualidade de ensino para as elites.

No período do pós-guerra, caracterizado pelo crescimento econômico, foram veiculadas teorias que dessem conta de explicar as diferenças de produtividade em nível internacional. Estudos embasados em alguns teóricos da época, que se referiam ao investimento em capital humano e à contribuição da educação ao crescimento econômico, concluíram que a raiz de toda a questão residia nas disparidades existentes entre os sistemas educacionais, e que o fator fundamental para o crescimento econômico era o fator humano. Era a “teoria do capital humano”, embasada na idéia de que a educação é o principal capital humano, concebida como produtora da capacidade de trabalho e potenciadora do fator trabalho, que geraria maior produtividade, mais desenvolvimento e que traria retornos sociais. Postulava que cada indivíduo, de alguma forma, é proprietário e que depende dele – e não das relações sociais e de produção – o modo de produção de sua existência.²¹

Neste período, na América Latina, predominava o pensamento desenvolvimentista, a teoria da dependência e do crescimento para dentro pela substituição das importações. Pensava-se que existia uma só via para o desenvolvimento, cujas causas estavam bem determinadas e que bastava aplicar uma série de medidas para que este acontecesse. Era uma visão dentro da perspectiva do progres-

¹⁹ CASASSUS, J. *Op. cit.* p. 31.

²⁰ SAVIANI, D. *In: SAVIANI, D. et alii. Op. cit.* p. 14.

²¹ FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo : Cortez Autores Associados, 1986.

so linear e ilimitado. A visão da educação era também uma visão simplista no sentido de que quando se falava de desenvolvimento da educação, pensava-se basicamente em ampliar cobertura; quando se considerava a contribuição da educação ao desenvolvimento econômico, pensava-se em escolas técnicas que vinculavam o treinamento para um posto de trabalho. Criaram ou reestruturaram-se desde o Estado grandes centros de capacitação tais como o CONET na Argentina, SENA na Colômbia ou INACAP no Chile. Os grandes investimentos, as grandes reformas dos anos 60 e do início da década de 70, geraram uma maior cobertura na educação geral e se criaram importantes e custosos programas de educação técnico-vocacional.²²

Os resultados demonstram que os grandes investimentos e as tentativas otimistas para fomentar o desenvolvimento não eram suficientes para dar aos latino-americanos um lugar no comércio mundial. A crise do petróleo, na década de 70, irá desencadear a crise da dívida externa que trará grande impacto no plano social, atingindo, de forma direta, os sistemas educacionais da região.

Por outro lado, os regimes militares instalados em quase todo o continente latino-americano, a partir da década de 60, buscaram planejar a educação de forma a dotá-la de racionalidade e eficiência – era a tendência tecnicista que aqui se instalava. Os sistemas educacionais passam por um intenso processo de burocratização, desviando-se das atividades-fins para as atividades-meio, grande parte dos recursos destinados à educação. Acontece uma “reimposição da autoridade e dos valores da classe dominante, (...) desmobilização popular.”²³ A característica central neste período é a desmobilização social, o que faz com que o espaço educacional seja reduzido e controlado, fenômeno chamado por Rama de “despolitização”, cujo objetivo principal reduziu-se à preparação funcional de recursos humanos.

Paralelamente à influência tecnicista, aparecem, no final da década de 60 e início da década de 70, teorias críticas com relação ao que acontece em educação. São as teorias crítico-reprodutivistas, que encontram em Bordieu e Passeron seus maiores representantes, afirmando que a educação é um ato de reprodução social; o papel da escola consiste, portanto, em

²² CASASSUS, J. *Op. cit.* p. 32.

²³ RAMA, G. In: SAVIANI, D. *et alii. Op. cit.*, p. 71.

reproduzir o modelo da sociedade de classes, reforçando a sociedade capitalista. Essas teorias na América Latina, mesmo com o mérito de revelar o comprometimento da educação com os princípios e interesses das elites, tiveram como efeito a anulação da visão otimista da educação na superação da marginalidade social, caracterizando a escola como uma instituição de resistência a mudanças.

A partir da década de 80 verifica-se, em todos os países da América Latina, uma tendência, de influência externa, de desmantelamento dos sistemas nacionais de ensino, apontando como “saídas” a privatização e a municipalização da educação.

Contexto educacional na atualidade

A América Latina enfrenta, nos dias de hoje, um imenso desafio no sentido de encontrar o seu lugar no cenário mundial, através de sua afirmação como sujeito histórico e da superação da dependência que há séculos lhe é imposta. A dupla tarefa, de recuperar o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida da maioria da população, é uma questão básica e emergencial após a denominada “década perdida” dos anos 80, caracterizada pela estagnação econômica e pela dívida social. A busca de solução para os problemas encontra seus limites e agravos, no contexto de uma nova ordem mundial, em que a ciência e a tecnologia adquirem contornos revolucionários e as divisões entre países ricos e pobres acentuam-se de forma crescente.

Quando referimos a revolução tecnológica, que invade nossas vidas nos dias atuais, surge a necessidade de repensar o sistema educacional e suas relações com a sociedade, contemplando novos paradigmas que privilegiem o avanço tecnológico. Na América Latina este se constitui em um dos maiores desafios, estabelecer as relações entre escola/sociedade, educação/desenvolvimento. Elevar o nível cultural da população e dar qualificação básica e socialização geral para a força de trabalho, devem ser as metas de toda e qualquer proposta educacional do futuro.

Os sistemas educacionais da América Latina enfrentam graves problemas de democratização e de universalização. A tentativa de dar “escola para todos”, nas últimas décadas, resultou em sistemas educacionais massificados e de baixa qualidade. São notórios os problemas de evasão, repetência e analfabetismo.

Segundo Mosquera²⁴, os sistemas educacionais da América apresentam hoje algumas características:

²⁴ MOSQUERA, Juan José M. Reflexões sobre a Educação na América Latina: Subsídios para o Mercosul. *Educação - Revista Semestral - PUC/RS*. Nº. 26, 1994. p. 62.

- intensa explosão demográfica, provocando um aumento incontrolável da demanda escolar e aumentando as expectativas educacionais de forma insuportável;
 - crise das estruturas dos sistemas educativos, como conseqüência da incapacidade de adaptar-se às novas necessidades, e de sua impotência para satisfazer as expectativas das demandas;
 - perda do monopólio e desprestígio do sistema educacional, com o empobrecimento e queda da qualidade do ensino;
 - meios de comunicação de massa, constituindo-se em verdadeiros parasistemas e competindo com o sistema educacional;
 - ausência de modelos nacionais ou regionais de desenvolvimento, evidenciando um enorme descompasso entre o que o mundo atual exige, em termos de educação, e o que se consegue realizar cotidianamente.
- Além dos aspectos apontados acima, são extremamente importantes outras questões que se colocam nas sociedades latino-americanas, como:
- a crise econômica que se projeta de forma marcante no campo educacional;
 - a redemocratização ainda de forma limitada, em conteúdo e abrangência, não conseguindo produzir transformações profundas nas sociedades e na construção da cidadania;
 - elevadas taxas de analfabetismo que correspondem a 5% da população mundial;
 - a existência de 13% de crianças em idade escolar fora das escolas;
 - a baixa qualidade apresentada pelos sistemas de ensino, provocando o grave problema de evasão e repetência, agravados pela questão da miséria social; comparada às necessidades de sobrevivência, a educação fica em segundo plano;
 - a falta de investimentos em educação, que tem decrescido nas últimas décadas, provocando o sucateamento do sistema, desvalorizando o professor e oportunizando o crescimento do setor privado;
 - o discurso da “educação para todos” que permanece inatingível;
 - a existência de um Estado clientelista, que busca atender interesses que não se identificam com os da maioria da população.

A educação se constitui hoje, para os países latino-americanos, um fator decisivo para o fortalecimento da identidade cultural e para a melhoria da qualidade de vida da maioria da população. Recuperar a competitividade perante o cenário mundial é requisito para a construção de um projeto coletivo em que o bem-estar da sociedade seja o ponto comum.

Considerando que ainda possuímos sistemas educacionais anti-democráticos e anacrônicos, o questionamento é saber que agenda é prioritária para a modernidade latino-americana.

Nos países desenvolvidos a preocupação central tem sido com relação à educação permanente, fundamentando o sucesso econômico. A preocupação com a qualidade dos sistemas educacionais tem levado muitos países a adotar indicadores internacionais confiáveis e a realização de testes padronizados na avaliação do ensino.

Diferentemente dos países ricos, a educação nos países pobres deve estar voltada para as grandes questões sociais e para a superação, em regime de urgência, de problemas como a fome, a miséria, a violência, a degradação do meio ambiente, entre outros.

Temos sérias razões, nós latino-americanos, para nos preocuparmos com a educação em nossas sociedades. A miséria social e a excludência crescentes nos indicam uma prioridade essencial com a educação básica, que está ligada à capacidade de investimentos neste setor, de acordo com as políticas educacionais em cada país.

Existem hoje, na América Latina, inúmeras propostas e acordos da sociedade do Estado para promover a educação. Segundo Casassus²⁵, esta nova agenda de ações educacionais no continente se concentra em quatro áreas:

- *institucionalidade do sistema*, esforços de descentralização e também centralização, evidenciando o confronto ideológico sobre o papel do Estado;
- *prioridade do ensino básico*, feita em detrimento e com a concorrência de outros níveis excluídos, redefinindo a prioridade da política educativa no ensino básico, dependendo, porém, da opção por um ensino de qualidade, o que requer aumento de investimentos e mecanismos que corrijam o desperdício na aplicação;
- *focalização na qualidade*, discussão que deve partir, em primeiro lugar, do que se entende por educação de qualidade, mecanismos que ainda não se instalaram, apesar da proliferação de projetos com este objetivo;
- *financiamento*, que se constitui, nos dias atuais, em um esforço de recuperação para o setor educacional; insuficientes, os recursos não se apresentam como uma questão aberta à discussão da sociedade como um todo, permanecendo nas mãos dos governos as principais decisões.

O que se percebe é que essas quatro áreas são espaços de debates e de confronto que ainda não se constituíram em projetos nacionais definidores de políticas que venham a contemplar as expectativas da coletividade.

O neoliberalismo, hoje, acena para a América Latina com um projeto de modernidade, a modernidade alcançada pelas democracias dos países

²⁵ CASASSUS, J. *Op. cit.* p. 42.

desenvolvidos. Não podemos esquecer que, para atingirmos a modernidade, temos, antes de tudo, que resolver os graves problemas estruturais que atingem nossas sociedades. Modernidade para o continente latino-americano é, sobretudo, escola para todos, saúde, saneamento, moradia, transporte, é elevar a qualidade de vida de grande parte da população. Não podemos aceitar esta modernidade que, entre nós, acena para o aumento da injustiça e da exclusão.

Na área educacional o neoliberalismo avança com um modelo, em que a educação deve servir aos propósitos empresariais e industriais, atrelando-a aos objetivos estreitos da formação profissional. Na visão neoliberal, as noções de direito e igualdade são questionadas, e a educação é transferida da esfera da política para a esfera do mercado, reduzindo-a à condição de propriedade. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado: o consumidor. Na verdade, o neoliberalismo, baseado no livre comércio, está sendo seguido por praticamente todos os governos latino-americanos. Mas, como todas as experiências conhecidas, o que se verifica é que o crescimento do livre-mercado parece tornar os ricos cada vez mais ricos e os pobres comparativamente mais pobres. No continente, onde a grande maioria se encontra vivendo em estado de miséria, este crescimento pode produzir mais derrotados do que vencedores. Este modelo nada diz sobre como encontrar soluções para as causas estruturais da exclusão e da pobreza. Com a proposta de redefinir a escola e a educação como mercado, em realidade, é no próprio mercado que se ampliam e se reproduzem a desigualdade e a exclusão.

Considerações finais

As mudanças que estão se produzindo nas estruturas dos sistemas educativos são importantes. Mas por si sós, não são suficientes para resolver os desafios de mudança qualitativa que a sociedade exige da educação, frente às transformações neste início de século. Parece necessário que os sistemas educacionais da América Latina redimensionem, com maior clareza, o papel da educação, refletindo sobre o que acontece dentro dos sistemas educacionais – problemas de gestão, de execução – e sobre as relações desses sistemas com as sociedades – problemas de gestão, política e de articulação. Por outro lado, como países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, não podemos deixar de lado as questões relativas a nossa inserção na revolução tecnológica, sob pena de ficarmos à margem dos processos inovadores, que são, na verdade, os que nos darão acento no mundo do futuro.

Portanto, a América Latina possui diante de si imensos desafios. Os problemas, os questionamentos e as incertezas atingem não só os aspectos teóricos, mas, sobretudo, as situações práticas do processo educativo. O momento político da atualidade e a crise que envolve as sociedades latino-americanas em todos os seus segmentos, atingem o sistema educacional, apontando para necessidade de redimensionamento das teorias neste campo, para um processo de renovação e aperfeiçoamento e para a reelaboração de políticas educacionais que atendam aos interesses da maioria da população.